

## **Curso de Agricultor Familiar: possíveis aproximações com a Educação Popular e a Educação do Campo**

Osmar Lottermann<sup>1</sup>, Walter Frantz<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS. Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados. Campus Farroupilha. Avenida São Vicente, n. 785, Bairro Cinquentenário. Farroupilha - RS. Brasil.

<sup>2</sup>Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências.

*Autor para correspondência/Author for correspondence: osmar.lottermann@farroupilha.ifrs.edu.br*

**RESUMO.** O artigo apresenta uma pesquisa realizada sobre a execução do Curso de Agricultor Familiar, ministrado em diferentes municípios do entorno do Instituto Federal Farroupilha – *Campus Santo Augusto*, nos anos de 2013 e 2014, com o objetivo de identificar suas características e possíveis aproximações com a Educação Popular e a Educação do Campo. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica e documental de caráter qualitativo. Partimos da hipótese que, para que os cursos executados por instituições públicas atendam aos objetivos da Educação Popular e da Educação do Campo, deve haver articulação entre a Extensão e os trabalhadores do campo envolvidos. Orientamos nossas análises a partir das seguintes perguntas: há referenciais teóricos no Projeto Pedagógico que indicam um compromisso com a Educação Popular? O que se pode extrair do Projeto em relação às demandas da Educação do Campo? Por fim, qual o caráter e o alcance do envolvimento institucional do *Campus* com os agricultores familiares, através do Departamento de Pesquisa e Extensão e dos projetos de extensão? Identificamos limitações da Extensão frente às necessidades de diálogo com trabalhadores do campo e aspectos progressistas no espaço de formação básica do Projeto Pedagógico do Curso, que possibilitaram reflexões em aula.

**Palavras-chave:** Curso de Agricultor Familiar, Pronatec Campo, Educação Popular, Educação do Campo, Extensão.

## **Family Farmer Course: Possible approximations with Popular and Rural Education**

**ABSTRACT.** This article presents a research carried out on the execution of the Family Farmer Course, delivered in different municipalities around Farroupilha Federal Institute - Santo Augusto Campus, in 2013 and 2014, with the objective of identifying its characteristics and possible similarities with Popular Education and Rural Education. A qualitative bibliographic and documentary review was used as methodology. We started from the hypothesis that, for courses run by public institutions to meet the objectives of Popular and Rural Educations, there must be an articulation between the Extension project and the rural workers involved. We conducted our analysis based on the following questions: Are there theoretical references in the Pedagogical Project that indicate a commitment to Popular Education? What can be extracted from the Project in relation to the demands of Rural Education? Finally, what are the nature and scope of the Campus institutional involvement with family farmers, through the Research and Extension Department and the extension projects? We identified limitations of the Extension project when taking into account the needs for dialogue with rural workers and progressive aspects in the basic training space of the Pedagogical Course Project, which allowed reflections in class.

**Keywords:** Extension, Family Farmer Course, Popular Education, Pronatec Campo, Rural Education.

## **Curso de Agricultor Familiar: posibles aproximaciones con la Educación Popular y la Educación del Campo**

**RESUMEN.** El artículo presenta una pesquisa realizada sobre la ejecución del Curso de Agricultor Familiar, impartido en diferentes municipios del entorno del Instituto Federal Farroupilha – Campus Santo Augusto, en los años de 2013 y 2014, con el objetivo de identificar sus características y posibles aproximaciones con la Educación Popular y la Educación del Campo. La metodología utilizada fue una revisión bibliográfica y documental de carácter cualitativo. Partimos de la hipótesis que, para que los cursos ejecutados por instituciones públicas atiendan los objetivos de la Educación Popular y de la Educación del Campo, debe haber articulación entre la Extensión y los trabajadores del campo envueltos. Orientamos nuestros análisis a partir de las siguientes preguntas: ¿hay referenciales teóricos en el Proyecto Pedagógico que indican un compromiso con la Educación Popular? ¿Lo que se puede extraer del Proyecto en relación a las demandas de la Educación del Campo? Por fin, ¿cuál el carácter y el alcance del involucramiento institucional del Campus con los agricultores familiares, través del Departamento de Pesquisa y Extensión y de los proyectos de extensión? Identificamos limitaciones de la Extensión frente a las necesidades de diálogo con trabajadores del campo y aspectos progresistas en el espacio de formación básica del Proyecto Pedagógico del Curso, que posibilitaran reflexiones en clase.

**Palabras clave:** Curso de Agricultor Familiar, Pronatec Campo, Educación Popular, Educación del Campo, Extensión.

## Introdução

O presente artigo resultou de uma pesquisa que realizamos sobre o curso de Agricultor Familiar, da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores - FIC), ministrado em diferentes turmas, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IF Farroupilha) - *Campus* Santo Augusto-RS, nos anos de 2013 e 2014. Analisamos e refletimos sobre as características do curso, na tentativa de verificar o seu compromisso com a Educação Popular e com as demandas pedagógicas da Educação do Campo. A análise parte da seguinte hipótese: para que os cursos executados por instituições públicas atendam, mesmo que minimamente, aos objetivos da Educação Popular e da Educação do Campo, devem estar articulados às atividades de extensão, e estas, com entidades dos trabalhadores do campo envolvidos. A extensão pode, nesse caso, estabelecer o diálogo necessário para que as abordagens do curso se aproximem das preocupações imediatas e históricas dos agricultores familiares incluídos no curso. Para tentar compreender o nível desse envolvimento, partimos das seguintes perguntas: há referenciais teóricos no Projeto Pedagógico que indicam um compromisso com a Educação

Popular? O que se pode extrair do Projeto em relação às demandas da Educação do Campo? Por fim, qual o caráter e o alcance do envolvimento institucional do *Campus* com os agricultores familiares, através do Departamento de Pesquisa e Extensão e dos projetos de extensão?

Para encontrarmos possíveis respostas aos questionamentos que nos ocupam nesta pesquisa, recorreremos aos seguintes pontos: o caráter do Pronatec e do Pronatec Campo, apontando algumas influências sob as quais o programa foi gestado; as características da Educação Popular e da Educação do Campo, enquanto espaço teórico e prático da educação dos trabalhadores do campo; organização curricular e objetos de estudo propostos pelo curso; a avaliação final e o papel da Extensão do *Campus* Santo Augusto no processo.

A metodologia utilizada nesta investigação inicia com uma revisão bibliográfica que assegura compreendermos os aspectos teóricos e práticos do que vem constituindo a Educação Popular e a Educação do Campo. Adotamos, sobretudo, a pesquisa documental (Marconi & Lakatos, 2010), pois o Projeto Pedagógico do Curso de Agricultor Familiar, criado e executado pela equipe do Pronatec *Campus* Santo

Augusto, é uma das fontes importantes da pesquisa. Ainda, procuramos refletir sobre o caráter do processo avaliativo institucional, o que nos levou à análise de um formulário de avaliação do curso. “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. (Marconi & Lakatos, 2010, p. 157).

Os estudos levam em consideração aspectos qualitativos para que seja possível identificar as aproximações e distanciamentos do curso analisado com a Educação Popular e a Educação do Campo. Nesse sentido, Gil (2008) explica que este tipo de investigação caracteriza a pesquisa exploratória, que nos possibilita coletar informações a respeito do fenômeno em estudo. Ainda em concordância com o autor, podemos afirmar que a pesquisa se assemelha ao estudo de caso, embora não tenhamos restringido a investigação, aqui desenvolvida, a uma turma, especificamente, nem a determinado grupo de agricultores familiares de uma das localidades, de modo mais específico. Por essa razão, nossa análise focou-se em características gerais que permitem inferir sobre o caráter do curso.

Fazer inferências sobre características que julgamos responderem

satisfatoriamente às perguntas da pesquisa é um procedimento metodológico válido para esta proposta, pois, conforme Gomes (2016, p. 81): “Fazemos inferência quando deduzimos de maneira lógica algo do conteúdo que está sendo analisado”. Ressaltamos que, mesmo fazendo referência a alguns dados quantitativos alcançados na pesquisa, a análise tem como centralidade os aspectos qualitativos, o que indica ser uma pesquisa com essa característica.

Do ponto de vista teórico e epistemológico, tomamos como categorias centrais no processo de análise: a Educação Popular; a Educação do Campo; a Extensão; e a Agricultura Familiar. Essas categorias serão colocadas, de certa forma, em relação tensa com aquelas da esfera pública, tais como: a Política de Governo; o Ensino Público; e a Educação Profissional. Estas últimas aparecem, às vezes, como entraves aos objetivos da Educação Popular e da Educação do Campo.

O primeiro tópico apresenta uma breve contextualização do momento em que foram instituídos o Pronatec e o Pronatec Campo, tendo como aspecto central o seu caráter de formação aligeirada, voltada para o mercado e comprometida com o Sistema Nacional de Aprendizagem, que vamos nos referir ao

longo do texto como Sistema S. Também, procuramos refletir sobre o papel do Setor de Extensão e apresentar alguns aspectos que preocupam os representantes dos trabalhadores do campo e, em particular, os agricultores familiares.

O segundo ponto aborda as condições em que o programa foi absorvido pelo IF Farroupilha, especialmente no que se refere às expectativas dos movimentos sociais do campo em relação aos cursos do Pronatec Campo, tomando como referência a relação Pronatec e Setor de Extensão com os trabalhadores do campo no IF Farroupilha - *Campus* Santo Augusto. Quanto às expectativas dos movimentos sociais do campo, nos baseamos no texto do Fórum Nacional de Educação do Campo realizado em 2012 (Fonec, 2012). O foco priorizado será a incipiente experiência da instituição com as atividades de ensino e extensão fora da sede do *Campus*.

Por fim, no terceiro tópico, apresentaremos uma análise do Projeto Pedagógico do Curso de Agricultor Familiar e do documento de avaliação utilizado na etapa final dos cursos. Nessa análise, traremos, também, reflexões que um dos autores teve na condição de Coordenador de Extensão, como professor da disciplina de Integração e Orientação

Profissional e, mais tarde, como Coordenador Adjunto do programa, no *Campus* Santo Augusto. O objetivo é identificar em que medida o curso esteve em sintonia com os anseios da Educação Popular e com as demandas da Educação do Campo.

### **Pronatec Campo e Extensão**

Com o objetivo de expandir a oferta de cursos profissionalizantes para além do que já vinha ocorrendo com a criação dos Institutos Federais, o Governo Federal criou, através da Lei 12.513/2011, o Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Na referida lei, está escrito que o programa visa a aumentar as oportunidades de formação técnica e auxiliar na melhoria do ensino médio público, articulando-o com o ensino profissionalizante. O programa prevê, ainda, contribuir com melhorias na rede física do ensino profissionalizante. Quanto a sua implementação, abre espaço à participação da União, das redes estaduais e do Distrito Federal, dos municípios e do Sistema S, tendo como público-alvo os trabalhadores urbanos e rurais, de modo geral, destacando, ainda, o atendimento aos povos indígenas, quilombolas e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Para a participação dos trabalhadores da Agricultura Familiar, o programa foi

articulado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao Plano Safra, a começar no ano de 2013. A partir dessa iniciativa do governo federal, instalou-se uma discussão em torno das características do programa e dos objetivos do Pronatec Campo, com vistas a contemplar as experiências da Educação do Campo nos cursos de formação a serem ofertados. Durante o Seminário Nacional do Fórum Nacional da Educação do Campo, ocorrido em Brasília, em 2012 (Fonec, 2012), foram feitas muitas críticas ao Pronatec Campo. Entre elas, merecem ser destacadas: estar sendo implementado sem aprofundar discussões com os movimentos sociais do campo; não desenvolver o ensino técnico na forma integrada à escolarização básica; e as finalidades do programa estarem muito mais voltadas aos interesses do agronegócio.

O Pronatec Campo iniciou, portanto, sob muitas dúvidas e preocupações dos movimentos sociais do campo, somadas àquelas já dirigidas ao Pronatec como um todo. Houve severas críticas sobre a participação do Sistema S na formulação do Pronatec Campo, nesse caso através do Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). A oferta de cursos pelo Sistema S tornou-se majoritária nos cursos profissionalizantes urbanos. É importante

salientar que os movimentos sociais do campo não rejeitaram o programa como um todo, por entenderem que

Não são os cursos um mal em si mesmo e nem pode o programa ser rejeitado em bloco. Entendemos que especialmente as brechas de inserção dos institutos federais em desafios de formação dos trabalhadores do campo podem ser potencializadas na direção de outro paradigma de agricultura. (Fonec, 2012, p. 20).

Os trabalhadores do campo aderiram ao programa fazendo algumas exigências. Uma delas foi, exatamente, que os cursos fossem executados pelas instituições públicas de ensino, rejeitando o Sistema S. A expectativa do movimento foi de encontrar na rede pública um ambiente mais democrático de elaboração dos projetos de curso, para que melhor atendessem às demandas do campo e da Educação do Campo, fundamentada na perspectiva de uma educação transformadora e de respeito aos modos de vida no campo. Um dos aspectos bastante enfatizado pelos movimentos sociais, em relação ao Pronatec Campo, foi a necessidade de abertura para as experiências da Pedagogia da Alternância, que tem muita credibilidade entre os agricultores familiares pela trajetória de várias décadas no Brasil, nas Casas Familiares Rurais e nas Escolas Famílias

Agrícolas (Zonta, Trevisan & Hillesheim, 2010).

Pelo envolvimento direto de um dos autores no programa, constatou-se que houve empenho do IF Farroupilha - *Campus* Santo Augusto no sentido de atender a algumas demandas do campo, mas, também, o cumprimento das determinações da política de governo para acelerar a execução do maior número possível de cursos, no tempo determinado. Por ser uma política de governo, o programa foi determinado com um conjunto de procedimentos e prazos considerados imprescindíveis, gerando discordâncias entre essas imposições e as necessidades dos trabalhadores do campo. No IF Farroupilha – *Campus* Santo Augusto, processo que acompanhamos de perto e que é objeto desta análise, o setor de Extensão, como um todo, foi absorvido pelas demandas do Pronatec. Não houve tempo para planejamentos mais minuciosos dos cursos e, de forma muito clara, o que prevaleceu foi a execução aligeirada para aplicar os recursos disponíveis, no tempo estabelecido pelos processos burocráticos determinados pela política de governo.

Especialmente nos anos de 2013 e 2014, Extensão e Pronatec tornaram-se quase sinônimos, embora outros projetos tenham sido desenvolvidos nesse período.

A urgência influenciou significativamente a qualidade dos cursos, pois diminuiu o tempo de planejamento e, sobretudo, inviabilizou processos mais efetivos de avaliação. Em relação às atividades de extensão, se por um lado funcionou como mecanismo de aproximação com as representações de trabalhadores, por outro, restringiu o desenvolvimento de projetos de longo prazo, pois a prioridade foi a execução do programa.

A extensão, que conforme Freire (2008) já é uma forma não dialógica e nem permite que os trabalhadores do campo possam ser protagonistas da sua formação, pois refere-se à transferência de algo de fora e não construído coletivamente, tornou-se uma simples correia de transmissão, não conseguindo aprofundar diálogos com as comunidades envolvidas e nem estimulou a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Na perspectiva da Educação Popular e da Educação do Campo, esta seria a relação fundamental, pois concordamos e

Estamos convencidos de que, qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associado a uma capacitação profissional, seja no campo agrícola ou no industrial urbano, deve ter, pelas razões até agora analisadas, um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade



na qual e com a qual estão. (Freire, 2008, p. 21).

Se entendida como um espaço possível do diálogo e da partilha de conhecimentos, mesmo que na sua origem e tradição prática ela seja antidualógica, acreditamos que a extensão pode ser um espaço democratizante da educação formal. O papel da extensão, no cumprimento da indissociabilidade com a pesquisa e o ensino (Constituição Federal, 1988) pode ser o de articulação entre os projetos de pesquisa, as demandas dos trabalhadores e os projetos de curso. Para isso, o conhecimento que a instituição produz com a pesquisa, e a organização didática do conhecimento já acumulado precisa, ao lado do conhecimento prático dos trabalhadores, tornar-se elemento de ligação entre saberes de caráter prático e não de hierarquização ou até exclusão de conhecimentos.

Os institutos federais têm na sua origem a finalidade de articular os conhecimentos tecnológicos à realidade do mundo do trabalho e dos arranjos produtivos e sociais. Nesse sentido, no Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Farroupilha (PDI) consta o seguinte:

Na relação ensino, pesquisa e extensão amplia-se o conceito de aula para além do tempo formal na instituição, para todo tempo e espaço, dentro ou fora da instituição. A pesquisa e a extensão são princípios

educativos em cursos de todos os níveis e modalidades e devem constituir-se em trabalho específico e sistemático em resposta às necessidades que emergem na articulação entre o currículo e os anseios da comunidade. (Plano de Desenvolvimento Institucional – IF Farroupilha, 2014-2018, p. 53).

Portanto, podemos afirmar que a instituição tem, e teve desde a sua criação, até mesmo por determinação legal, o objetivo de articular pesquisa, extensão e ensino. Ela reconhece a sua importância no desenvolvimento dos processos educativos. Entretanto, dependendo do caráter e das circunstâncias em que são desenvolvidos os cursos, os processos e os resultados podem ser distintos.

Constatamos, em nossa experiência, que a introdução do Pronatec e do Pronatec Campo pouco contribuiu para o avanço do diálogo e da cooperação entre os saberes. Mais fortemente, talvez, reforçou a ideia de extensão como transmissão dos conhecimentos que os que possuem entregam aos que ainda não têm. Com isso, a extensão, embora com algum esforço de intervenção quanto às temáticas e às práticas pedagógicas, caracterizou-se como ação de ordenamento burocrático na implantação do programa e na execução dos cursos. O que podemos destacar de importante foram as reuniões realizadas para o conhecimento, mesmo que limitado, das realidades de cada localidade. Essas

reuniões foram organizadas pela Direção do Departamento de Pesquisa e Extensão do *Campus* Santo Augusto, Coordenação de Extensão e Coordenação do Pronatec, com as diretorias das entidades dos trabalhadores participantes. Fizeram parte os sindicatos filiados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (Fetraf- RS), Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag – RS) e a Casa Familiar Rural de Catuípe, RS. Todos pertencentes à região de abrangência do IF Farroupilha – *Campus* Santo Augusto. Nesses encontros, prevaleceu o diálogo como forma de avaliação das necessidades de cada uma das localidades interessadas.

Graças a esses entendimentos, apesar de não constar na organização didática do Projeto Pedagógico, foi possível compreender e atender peculiaridades que se apresentaram como desafios no desenvolvimento do curso, em diferentes turmas, levando em consideração as especificidades de cada uma delas. Isso nos possibilitou, por exemplo, desenvolver cursos em módulos, sem alterar os ciclos de aulas presenciais da Casa Familiar Rural de Catuípe, cuja organização didática é estruturada através da Pedagogia da Alternância.

A experiência ensinou o quanto é importante a instituição, na condição de

executora de uma política de governo, mobilizar esforços no sentido de fazer as adequações possíveis. Foram alterações pontuais, ora de organização, ora de caráter didático e pedagógico, dentro da macroestrutura do programa. Talvez as únicas possíveis, dentro de um programa de educação profissional aligeirada, muito focado nos aspectos quantitativos. É nesse sentido que nos referimos à tensão entre a Educação Popular e a educação executada pelo poder público, que já existe na estrutura de escolarização básica, mas que no Pronatec Campo apresentou desafios específicos. Provocado sobre a dicotomia entre a Educação Popular em si, praticada nos movimentos populares, e a escola pública, referindo-se aos educadores e educadoras, Freire respondeu: “Cabe a eles e a elas, finalmente, realizar o possível de hoje para que concretizem, amanhã, o impossível hoje”. (Freire, 2014, p. 117-118). Nesse mesmo texto, o autor chama a atenção para a historicidade dos atos educativos.

### **A relação Pronatec Campo, Extensão e Trabalhadores do Campo, no *Campus* Santo Augusto**

Especificamente no IF Farroupilha – *Campus* Santo Augusto as atividades de extensão não tinham um perfil consolidado, pois as experiências de diálogo local e regional eram incipientes,

embora já tivessem sido realizadas duas atividades importantes de cunho regional: um curso de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores (FIC), (Decreto nº 5840/2006-Resolução nº 48/2008), muitos deles ligados ao trabalho no campo, e um curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos, com ênfase em Educação do Campo.

No que diz respeito às atividades realizadas no biênio 2013-2014, através do Pronatec Campo, foco da pesquisa que deu origem a este artigo, foram ofertadas, no ano de 2013, nove turmas do Curso de Agricultor Familiar, distribuídas em vários municípios da Região denominada Noroeste Colonial. No ano seguinte, foram executados mais três cursos destinados aos trabalhadores do campo, sendo uma turma do curso de Agricultor Familiar, uma do curso de Bovinocultor de Leite e outra de Produtor de Frutas, Hortaliças e Plantas Aromáticas Processadas por Secagem e Desidratação.

O quadro de professores nos cursos do Pronatec e do Pronatec Campo foi constituído, conforme determinação legal, a partir de editais internos e externos. Isso possibilitou a participação de servidores do IF Farroupilha – *Campus* Santo Augusto e de profissionais ligados a outras instituições. Qual a importância dessa singularidade? De forma geral, as políticas

de educação são voltadas para um coletivo abstrato.

Nossa tradição inspira-se em uma visão generalista de direitos, de cidadania, de educação, de igualdade que ignora diferenças de território (campo, por exemplo), etnia, raça, gênero, classe. Ao longo de nossa história, essa foi a suposta inspiração das LDBs da Educação, do arcabouço normativo dos diversos conselhos, dos formuladores e implementadores de políticas de gestão, currículo, formação, do livro e material didáticos, da organização dos tempos escolares e da configuração do sistema escolar. (Arroyo, 2007, p. 160).

Partindo-se do pressuposto de que nosso pensamento e nossa prática supõem que as políticas devam ser universalistas ou generalistas, válidas para todos, sem distinção, pode-se dizer que a forma de seleção amplificou as dificuldades para que o perfil dos cursos fosse ao encontro das demandas dos movimentos sociais do campo, que reivindicam uma formação baseada nos referenciais teóricos e práticos da Educação do Campo.

A Educação do Campo incorpora os conhecimentos construídos na organização dos trabalhadores do campo e se confunde com a luta pelo direito à educação para os trabalhadores do campo (Caldart, 2012a). Por isso mesmo, tem um perfil crítico e de compromisso com as transformações sociais. “É um projeto de educação que reafirma, como grande finalidade da ação

educativa, ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade de que faz parte...”. (Caldart, 2011, p. 154).

Duas questões merecem ser consideradas como obstáculo na construção de um curso de perfil crítico e voltado para as demandas dos movimentos sociais do campo: a primeira é que muitos docentes efetivos no IF Farroupilha – *Campus* Santo Augusto não conheciam suficientemente a Educação do Campo e seus objetivos, como também havia e há diferentes visões de educação entre eles; a segunda é que não foi possível, pela natureza dos processos seletivos já mencionados, contar com um quadro permanente de professores, cujas práticas poderiam ser repensadas e aprimoradas a partir do diálogo e da experiência. Isso fez com que houvesse mudança de enfoque nas disciplinas dos cursos, em especial no que diz respeito à formação básica pretendida nos objetivos e ementas<sup>1</sup>. A respeito dessa questão, acreditamos que seja comum aos processos educativos conduzidos pelas instituições públicas, cuja pluralidade de ideias e interpretações é muito grande. Mas é preciso considerar que o direito à educação é um objetivo claro dos movimentos protagonizados pelos trabalhadores do campo e de segmentos universitários (Munarim et al.,

2009), fato que concorre positivamente para que tenha havido esforço de todos os participantes na tentativa de dar qualidade aos cursos.

Além dessa falta de continuidade do corpo docente nas diferentes turmas, no que diz respeito aos cursos destinados aos trabalhadores da Agricultura Familiar, acentuamos uma segunda questão que contribui para esta análise: ao pesquisarmos os relatórios das atividades de extensão executadas no período, verificamos que os projetos não foram destinados a interagir com a realidade local e regional dos trabalhadores do campo. No ano de 2013, os projetos desenvolvidos não estavam voltados para o objetivo específico de atuar junto aos trabalhadores do campo, ou, mais especificamente, da Agricultura Familiar, que é uma realidade na região. No ano seguinte, apenas um projeto teve como temática os arranjos produtivos locais envolvendo de maneira direta os trabalhadores do campo.

As informações referentes às atividades de extensão nos indicam a falta de continuidade das relações estabelecidas nos primeiros anos de implantação do *Campus* Santo Augusto, descritas inicialmente, e ausência de sintonia entre o Pronatec Campo e as demais atividades. Não houve articulação para estabelecer um diálogo que fosse capaz de tratar com

maior profundidade os problemas relativos à Agricultura Familiar na região. Mesmo algumas ações que, indiretamente poderiam interessar aos agricultores familiares, como cursos de melhoria nos processos agroindustriais, não foram ofertados aos trabalhadores do campo em suas propriedades, ficando restritos aos estabelecimentos já estruturados, como as agroindústrias de Santo Augusto, contempladas em projeto de extensão.

Podemos afirmar que há, portanto, a necessidade de uma maior aproximação entre as ações de extensão e a organização de cursos de formação para os agricultores familiares. Nesse sentido, a forma aligeirada de organização e execução dos cursos do Pronatec Campo, juntamente com a falta de continuidade nas relações entre o setor de extensão do IF Farroupilha - *Campus* Santo Augusto e as comunidades locais e regionais, dificultaram o atendimento de demandas importantes dos movimentos sociais do campo e da própria instituição que tem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como um dos seus objetivos. “A mira desses movimentos são as políticas públicas”. (Munarim et al., 2009, p. 57).

### **O Curso de Agricultor Familiar, a Educação Popular e a Educação do Campo**

Analisar um projeto pedagógico, para apontar possíveis compromissos do curso com os referenciais pedagógicos da Educação Popular e da Educação do Campo, requer, em primeiro lugar, reconhecê-las enquanto campo teórico e prático que protagonizam experiências educacionais diferentes da educação concebida majoritariamente na contemporaneidade. Conforme Mejía (2003, p. 83), “Um dos fenômenos mais interessantes gerados pela educação popular é a forma como liberta o fato pedagógico tirando-o da esfera escolar e colocando-o nos diferentes processos de socialização”. Para Brandão (2012), a educação popular tem ocorrido em diferentes situações,

Uma primeira experiência de educação com as classes populares a que se deu sucessivamente o nome de educação de base (no MEB, por exemplo), de educação libertadora, ou mais tarde de educação popular surge no Brasil no começo da década de 1960. (Brandão, 2012, p. 90).

As concepções de Educação Popular vêm tomando diferentes formas, ao longo da história brasileira. Para a análise aqui realizada, consideramos que a Educação Popular é “... uma prática educativa que se propõe a ser diferenciada, isto é, compromissada com os interesses e a emancipação das classes subalternas”. (Paludo, 2001, p. 82). Entendemos que os

trabalhadores da Agricultura Familiar e os trabalhadores do campo, de modo geral, ocupam esse espaço subalterno diante da hegemonia política do Agronegócio.

Embora concordemos com o fato de que a educação ocorre em diferentes espaços sociais, ou seja, para além da escolarização formal, sempre que referida sem adjetivação nos conduz a pensar na educação estruturada com finalidades sociais, sobretudo a escolarização. Por consequência, refere-se à adequação dos novos integrantes de uma sociedade aos seus valores hegemônicos. Quando a educação vem acompanhada do adjetivo “popular” ou “do campo”, vincula-se ao percurso que as demandas por educação do povo percorreram ao longo da história mais recente, de maneira muito especial, no interior dos movimentos sociais e, em certas circunstâncias, em programas oficiais e espaços escolares organizados de maneira específica para a educação dos populares.

Para Brandão (2002), os populares são os índios, os camponeses e os operários, que ao longo da história tiveram apenas um mínimo de escolarização para que continuassem à disposição do sistema exploratório ao qual foram submetidos. Embora na segunda metade do século passado as experiências da Educação Popular tenham tido forte cooperação de

Universidades Federais e Campanhas, cuja participação do Estado foi importante,

... o que tornou historicamente possível a emergência da educação popular foi a conjunção entre períodos de governos populistas, a produção acelerada de uma intelectualidade estudantil, universitária, religiosa e partidariamente militante, e a conquista de espaços de novas formas de organização das classes populares. (Brandão, 2012, p. 91).

Há, nesse sentido, um processo educacional para além dos conhecimentos sistematizados historicamente e herdados pelas novas gerações, pois o próprio espaço em que ocorrem as práticas sociais constitui instrumento de educação não formal.

Seus objetivos não são dados *a priori*, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar é construído como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades dos que participam. (Gohn, 2010, p. 19).

A Educação do Campo vem se constituindo, apesar das suas especificidades, a partir de práticas semelhantes à Educação Popular em geral. Ela tem sido construída nos movimentos sociais do campo, cuja luta pelo direito a terra e à preservação dos modos de vida no campo, ao lado da busca pelo acesso ao conhecimento sistematizado vem tecendo

uma pedagogia do movimento (Caldart, 2012b).

Ao procurarmos identificar aproximações entre o curso de Agricultor Familiar, a Educação do Campo e a Educação Popular, não pretendemos entrar na discussão sobre sua possibilidade plena nos espaços públicos. Por outro lado, conforme já mencionamos anteriormente, a Educação Popular contou e conta com a participação do sistema público. Se é inegável que há carência de investimentos públicos e, por consequência, a existência de uma significativa parcela da população sem acesso à escolarização de qualidade, há ações que oportunizam experiências importantes. E essa aproximação pode ser educativa e transformadora de diferentes sujeitos, como universitários e professores que atuam em programas envolvendo universidades, governos e movimentos sociais (Souza, 2012).

O ambiente peculiar da aprendizagem popular criou as condições para o desenvolvimento de metodologias alternativas de ensino e aprendizagem, cujas características são mais adequadas à realidade dos populares. Conforme Brandão (2012), a incorporação dos populares aos sistemas oficiais de ensino não supera as desigualdades sociais e a hierarquia dos saberes. Nesse sentido, o autor reforça a ideia de que há uma relação

tensa entre o saber popular e o saber erudito. É nessa perspectiva que entendemos os limites das tentativas de aproximação entre um curso ofertado por uma instituição pública e a Educação Popular. Mas, por outro lado, também pode ser uma oportunidade de diálogo entre conhecimentos e experiências de educação.

A Educação do Campo resulta de uma trajetória que, em grande medida, se confunde com a própria história da Educação Popular como um todo, em especial pelos processos educativos que ocorrem entre os participantes do movimento, as relações que estabelecem com as forças sociais hegemônicas e com o Estado (Gohn, 2012). Uma pedagogia da Educação do Campo vem se constituindo ao longo da história da organização dos trabalhadores do campo, inclusive na luta pelo direito à escolarização. Conforme explica Caldart (2011, p. 149):

Um dos traços fundamentais que vem desenhando a identidade deste movimento por uma *educação do campo* é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação a uma educação que seja no e do campo.

Há esforços no sentido de construir uma identidade cada vez mais autêntica entre a Educação do Campo, os sujeitos do campo e seus interesses históricos. Para a autora

A educação do campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que por trás da indicação geográfica e da frieza de dados estatísticos está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais... (Idem, p. 150-151).

No caso da Educação do Campo, a luta pela escolarização é um fato que faz parte da mesma luta dos trabalhadores por terra, por política agrícola e por escola pública. Por essa razão, a tensão entre os programas de ensino, ou mais especificamente no caso em estudo, entre a organização burocrática dos cursos do Pronatec Campo e a Educação do Campo, adentra aspectos pedagógicos em si. Determinadas expressões demarcam objetivamente o posicionamento dessa pedagogia. “Trata-se de uma educação dos e não para os sujeitos do campo. Feita sim através de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos dos direitos que a exigem”. (Caldart, 2011, p. 151).

Na análise do Projeto Pedagógico do Curso, observamos que consta, como objetivo geral do curso, atender a demandas elencadas em um mapa de oportunidades gerado a partir do diálogo

do IF Farroupilha com diversas entidades regionais. Isso indica que, pelo menos no que tange à oferta de cursos, o programa foi apresentado com a disposição de ouvir e atender às necessidades locais e regionais. Nesse sentido, em se tratando dos trabalhadores do campo, a postura da instituição ofertante - o IF Farroupilha - foi coerente com uma das reivindicações dos movimentos sociais do campo, que é o estabelecimento do diálogo.

Em relação ao conjunto dos objetivos específicos que constam no projeto pedagógico, podemos dividi-los em dois eixos: o primeiro refere-se à formação técnica em si, ressaltando, inclusive, o desejo de que haja uma capacitação rápida; e o segundo diz respeito à preocupação em oportunizar uma formação geral, fazendo, inclusive, referência aos “...valores necessários ao profissional-cidadão, tais como o domínio da linguagem, o raciocínio lógico, relações interpessoais, responsabilidade, solidariedade e ética, entre outros”. (Projeto Político Pedagógico, 2013). Nos dois casos, não está objetivamente manifestada a vontade de suscitar qualquer questionamento sobre as condições históricas em que vivemos. Em outras palavras, não há componentes da Educação Popular expressos nos objetivos, pois, se assim fosse, entre eles estaria à compreensão do processo



histórico que envolve os trabalhadores do campo e, especificamente os agricultores familiares.

No espaço reservado à descrição do perfil do egresso, destaca-se a ênfase na “competência técnica e tecnológica”, isto é, na necessidade de que o profissional esteja habilitado para o desenvolvimento das atividades da Agricultura Familiar, o que parece óbvio por se tratar de uma finalidade específica do curso. Também, faz referência ao compromisso com uma agricultura sustentável. Seria uma defesa da agroecologia e um afastamento da lógica do agronegócio? Se considerarmos que, adiante, ainda na descrição do perfil do egresso, aparece a preocupação com a formação humanística, de cultura geral integrada à formação técnica, dentro de uma ética da sustentabilidade, é possível concluir que sim. Entretanto, não existe um posicionamento mais claro em relação ao caráter das práticas agrícolas defendidas pelo curso, que poderia sinalizar o compromisso com a resistência dos trabalhadores do campo em relação à lógica do agronegócio. Isso revela o aspecto generalista da formação, e que possivelmente essas ideias são comuns nos demais cursos, não representando, portanto, compromissos mais específicos com as lutas dos trabalhadores participantes.

No fechamento da seção referente ao perfil do egresso, está escrito:

Em específico, o curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) Agricultor Familiar busca capacitar produtores no entendimento da complexidade e dinâmica do mundo rural e das práticas produtivas adotadas pelos produtores, pretende ainda, contribuir na formação de agentes de transformação da realidade local. (Projeto Político Pedagógico, 2013).

A mensagem de fechamento do texto referente ao perfil do egresso retoma um objetivo específico, do qual destacamos a preocupação com a transformação da realidade local. A expressão "educação transformadora" tornou-se lugar comum em documentos escolares, assim como a palavra "transformação", muitas vezes "... esgotada ... de sua dimensão de ação". (Freire, 2005, p. 90). Fica difícil, portanto, saber se há uma relação efetiva entre essas expressões e os referenciais teóricos da Educação Popular e da Educação do Campo, em favor de mudanças da realidade concreta, pois determinados conceitos têm sido apropriados por distintos programas educacionais e projetos pedagógicos.

No tocante à organização curricular, há dois conjuntos de disciplinas, sendo um referente à formação técnica e outro voltado à formação básica. Nas disciplinas da formação técnica, são contemplados vários aspectos que visam à melhoria da

produção e organização da propriedade familiar. Nesse conjunto, não é possível perceber qualquer similitude com os compromissos da Educação do Campo e da Educação Popular, por se tratar de aspectos técnicos. Entretanto, nas disciplinas que denominamos formação básica, estão citados conteúdos que permitem avançar na compreensão do mundo, pelo aprimoramento dos diferentes códigos e linguagens, ao mesmo tempo em que são tratados temas que ampliam a compreensão da realidade social, assim como apontam para as necessárias transformações dessa realidade. Nesse sentido, é possível observar importantes aproximações com os referenciais teóricos da Educação do Campo e da Educação Popular.

No que ficou identificado como formação básica acima referida e descrita, destacamos uma disciplina em especial, denominada Integração e Orientação Profissional. Ela foi criada para ser uma espécie de abertura da formação proposta em todos os cursos do Pronatec e do Pronatec Campo, no IF Farroupilha - *Campus* Santo Augusto. Os pontos elencados na ementa dessa disciplina exemplificam o esforço empreendido no sentido de alargar os horizontes da formação. Para facilitar o entendimento da análise proposta, transcrevemos

literalmente os tópicos constantes na ementa:

Conhecimentos sobre o Pronatec e o IF Farroupilha. Indivíduo e sociedade, direito e cidadania. As mudanças no mundo do trabalho. A relação entre capital e trabalho. Formas de organização dos trabalhadores. Comunicação no trabalho. Perfil profissional, currículo e entrevista. Legislação trabalhista. (Projeto Político Pedagógico, 2013).

Exatamente a metade dos tópicos da ementa apresenta correspondência a conteúdos que abrem espaço para a reflexão, para um dar-se conta da situação vivida (Freire, 2005). Confrontando projetos individuais e coletivos, foi possível iniciar um exercício reflexivo da nossa condição de indivíduo e as implicações do nosso ser social. A percepção do outro e a possibilidade de realização coletiva no mundo do trabalho desencadearam reflexões significativas entre os agricultores, especialmente sobre o modo individualista e competitivo que vem tomando conta da vida no campo.

Em consequência, tornaram-se frequentes as reflexões acerca das tradições perdidas, entre as quais estão a cooperação, os mutirões, os empréstimos e os serviços compartilhados. Muitos desses agricultores falam dessas práticas como histórias narradas pelos seus pais. Ao mesmo tempo, há um desencanto com muitas das experiências cooperativas, por exemplo.

Durante as discussões, foram comuns as manifestações de decepção com as formas de representação e organização no campo. Entretanto, quando discutidas as mudanças tecnológicas e as formas com que elas atingiram a Agricultura Familiar, surgiram manifestações sobre a necessidade de alguma maneira de organização coletiva para enfrentar custos e concorrências. Esses momentos podem ser reconhecidos como aqueles em que “... aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se “apropriam” dela como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser transformada por eles”. (Freire, 2005, p. 85).

As temáticas do trabalho e da organização dos trabalhadores do campo possibilitaram refletir sobre as relações entre capital e trabalho. Embora os agricultores familiares não estejam subordinados ao capital como empregados – pois ainda usam a mão de obra familiar e são donos da terra e dos equipamentos de trabalho (meios de produção) – estão cada vez mais condicionados pelos sistemas financeiros e de mercado, controlados pelo capital. Ouvimos reiteradas vezes sobre as formas de imposição de regras e sobreposição dos interesses de empresas sobre os agricultores familiares. Sabemos que essa relação perversa estabelecida com os agricultores familiares faz parte da

mercantilização da produção primária e aniquilamento dos modos de vida no campo. “A concentração da terra e, portanto, a centralização da riqueza capitalista vem expropriando um enorme contingente de trabalhadores rurais que, em grande parte, tornam-se assalariados no campo ou fora dele, quando se tornam”. (Fiod, 2009, p. 48). Muitos agricultores manifestaram a esperança de que a qualificação das suas atividades pode lhes garantir a continuidade no campo. Todavia, são em grande número os exemplos de desistência e perda da pequena propriedade, realidade que eles mesmos constataam nas suas localidades.

Pelo que está contemplado no Projeto Pedagógico do Curso, de modo geral, poderíamos concluir que o curso não tem relação com os projetos da Educação Popular e da Educação do Campo. No entanto, um olhar mais atento sobre os temas abordados no módulo da formação básica, mais especificamente na disciplina Integração e Orientação Profissional, possibilita afirmarmos que houve pelo menos uma intencionalidade de inserir aspectos importantes daqueles projetos de educação. A avaliação sobre a experiência que tivemos no ano de 2013 permite afirmar que houve espaços privilegiados de análise e reflexão sobre as condições da Agricultura Familiar, seu caráter

estratégico na produção de alimentos e seu projeto distinto do Agronegócio.

Sobre a avaliação, o Projeto Pedagógico prevê uma variedade de instrumentos que cada docente pode utilizar para apurar os resultados sobre os objetivos da sua disciplina. Não foi possível analisar essas avaliações, pois, pela organização dos cursos do Pronatec e do Pronatec Campo, somente uma avaliação geral foi arquivada. A partir dela não se pode inferir sobre o caráter da abordagem das disciplinas como um todo, pois os aspectos sobre os quais os participantes foram provocados a se manifestar são genéricos e focados na organização e funcionamento do curso, ensejando, conforme já nos referimos, o objetivo de compilar informações de caráter burocrático. Mas a avaliação por disciplina, conforme a estrutura do Projeto Pedagógico, foi diagnóstica, formativa e somativa, operacionalizada por diferentes instrumentos como: seminários, testes escritos e orais, demonstração de técnicas em laboratórios, resenhas etc.

Na ficha disponibilizada para as avaliações, aparecem três campos com alguns itens a serem respondidos. Não analisamos as respostas assinaladas em relação a eles, por entendermos que por si mesmos revelam o caráter burocrático desse tipo de avaliação. Esses itens se

referem à forma de organização do curso; ao trabalho desempenhado pelos professores; ao desempenho da equipe Pronatec; e concluem com um espaço de autoavaliação dos participantes. Não aparecem questionamentos que possam gerar novas inferências quanto às perguntas que na pesquisa tentamos responder.

## Conclusão

O que podemos apresentar a título de conclusão? Partimos da hipótese da necessidade de um diálogo entre a extensão do Instituto Federal - *Campus* Santo Augusto e os agricultores familiares, para que os cursos de Agricultor Familiar do Pronatec Campo fossem desenvolvidos de forma coerente com os objetivos da Educação Popular e da Educação do Campo. A análise que realizamos envolveu uma breve caracterização da Educação Popular e da Educação do Campo, o que possibilitou certa clareza à leitura dos relatórios de extensão dos anos de 2013 e 2014 e do Projeto Pedagógico do Curso de Agricultor Familiar realizado no mesmo período, conforme proposta da pesquisa.

Constatamos um distanciamento entre os projetos de extensão realizados pelo IF Farroupilha - *Campus* Santo Augusto e os cursos de Agricultor Familiar, pelo Pronatec Campo.

Apontamos esse aspecto como um entrave ao aprofundamento do diálogo e da constituição de um projeto pedagógico mais identificado com as necessidades históricas dos trabalhadores do campo. Entretanto, ao revisitarmos nosso percurso, principalmente pelo fato de um dos autores deste artigo ter participado, em períodos distintos, da Coordenação de Extensão e da Coordenação do Pronatec Campo, discernimos ações importantes no que diz respeito à participação coletiva, especialmente na definição dos cursos, com a participação efetiva das entidades representativas dos trabalhadores rurais dos municípios envolvidos.

Consideramos que o Projeto Pedagógico do Curso de Agricultor Familiar apresenta limitações, muitas delas relacionadas às exigências do programa, mas que, mesmo assim, tem na sua constituição a abertura para uma formação que vai além da qualificação meramente técnica. Os módulos de formação básica representam um esforço no sentido de desenvolver espaços de aprimoramento das linguagens e interpretação das circunstâncias históricas que estamos vivendo. Nesse sentido, a disciplina de Integração e Orientação Profissional foi – guardadas as diferenças de enfoque pelos diferentes docentes envolvidos – um espaço para o diálogo.

Entendemos que o processo de avaliação não pôde ser suficientemente analisado, pois o que encontramos arquivados foram apenas as avaliações gerais, centradas em aspectos metodológicos e organizacionais. Por essa razão, fizemos uma breve referência ao instrumento de avaliação aplicado no final do curso e às formas e instrumentos de avaliação indicadas para as disciplinas no decorrer do processo. Sabemos que um número significativo de participantes fora chamado a se manifestar sobre os sentidos da formação desenvolvida. Como optamos por analisar as turmas de modo geral, não mencionamos aspectos dessas avaliações específicas.

Pelas limitações já referidas, o curso de Agricultor Familiar executado pelo Pronatec Campo não apresentou vínculos consistentes com as grandes demandas da Educação Popular e da Educação do Campo. Da mesma forma, as atividades de extensão ficaram aquém daquilo que poderíamos identificar como uma “comunicação”, no sentido freireano, entre a instituição e os agricultores familiares. Entretanto, mesmo que de forma tímida, o Projeto Pedagógico do Curso, ao reservar um espaço para a formação básica, possibilitou algumas práticas pedagógicas que sinalizaram avanços. Houve diálogo entre os participantes, ao menos em

momentos pontuais, envolvendo as representações dos trabalhadores, o que destacamos como um aspecto importante a ser considerado.

A pesquisa identificou vários entraves no desenvolvimento do curso analisado, o que remete à necessária continuidade dos estudos sobre a complexa relação entre as demandas da Educação Popular e da Educação do Campo e os limites das políticas de governo. Mas, como aprendemos com Freire (2014), se por um lado a educação progressista não pode sozinha fazer as transformações sociais, por outro, não podemos esperar imóveis para fazê-la somente em uma sociedade transformada. Assim, procuramos compreender o processo de execução do curso de Agricultor Familiar, dentro dos limites do programa e circunscrito às condições históricas do momento. A mesma história que limita é a que abre outras possibilidades.

## Referências

- Arroyo, M. G. (2007). Políticas de Formação de educadores(as). *Cadernos Cedes*, 27(72), 157-176. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622007000200004>
- Brandão, C. (2012). *O que é educação popular*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Brandão, C. (2002). *A educação popular na escola cidadã*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Caldart, R. (2012a). Educação do campo. In Caldart, R.; Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 257-264). 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.
- Caldart, R. (2012b). *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 4. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Caldart, R. (2011). Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In Arroyo, M. G., Caldart, R. S., & Molina, M. C. (Orgs.). *Por uma educação do campo* (pp. 147-158). 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Constituição da República Federativa do Brasil*. (1988, 05 de outubro). Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Decreto 5.840*. (2006, 13 de julho). Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e dá outras providências. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm)
- Fiod, E. G. M. (2009). Educação do campo e transição social. In Aued, B. W., & Vendramini, C. R. (Orgs.). *Educação do campo: desafios teóricos e práticos* (pp. 41-51). Florianópolis, SC: Insular.
- Fonec. (2012). Fórum Nacional de Educação do Campo. Seminário Nacional. *Notas para análise do momento atual da Educação do Campo*. Brasília, DF: Fonec. Recuperado de: [https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/fonec\\_notasanlisemomentoatualeducampo\\_set.pdf](https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/fonec_notasanlisemomentoatualeducampo_set.pdf)

Freire, P. (2008). *Extensão ou Comunicação?* 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Freire, P. (2014). *Política e Educação*. 1.ed. São Paulo, SP: Paz e Terra.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas.

Gohn, M. G. (2012). *Movimentos sociais e educação*. 8. ed. São Paulo, SP: Cortez.

Gohn, M. G. (2010). *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo, SP: Cortez.

Gomes, R. (2016). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In Minayo, M. C. S.(Org.), Deslandes, S. F., Gomes, R. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 72-95). Petrópolis, RJ: Vozes.

*Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011*. (2011, 26 de outubro). Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e no 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm)

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2010). *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas.

Mejía, M. R. (2003). *A transformação social: educação popular e movimentos sociais no fim do século*. Tradução de Ana Vieira Pereira e Ricardo Ribeiro. 2.ed. São Paulo, SP: Cortez.

Munarim, A., Tamanini, E., Hardt, L. S., Conde, S., & Peixer, Z. I. (2009). Política pública de educação do campo: a articulação entre o Estado e a sociedade. In Aued, B. W., & Vendramini, C. R. (Orgs.). *Educação do campo: desafios teóricos e práticos* (pp. 53-65). Florianópolis, SC: Insular.

Paludo, C. (2001). *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular*. Porto Alegre, RS: Tomo Editorial.

*Plano de Desenvolvimento Institucional. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha*. (2014-2018). Recuperado de: <https://www.iffarroupilha.edu.br/documentos/iffar>

*Projeto Político Pedagógico do Curso de Agricultor Familiar*. (2013). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Santo Augusto.

*Resolução nº 48/2008*. (2008, 28 de novembro). Estabelece orientações para a apresentação, seleção e apoio financeiro a projetos que visem à oferta de cursos de formação continuada na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos no formato de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização. Recuperado de: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3277-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-48-de-28-de-novembro-de-2008>

Souza, M. A. (2012). *Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Zonta, E., M., Trevisan, F., & Hillesheim, P. (2010). *Pedagogia da alternância e agricultura familiar*. Poesias/Organização. Frederico Westphalen, RS: URI/FW.

<sup>i</sup> Diferentes interpretações e abordagens ocorrem nos cursos, pois mesmo os docentes do quadro efetivo, em cursos técnicos e superiores ofertados pelos Institutos Federais, como não poderia ser de outra forma, têm perspectivas distintas devido à pluralidade de ideias que enriquecem os processos educativos.

#### Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 05/08/2019

Aprovado em: 20/01/2020

Publicado em: 08/04/2020

Received on August 05th, 2019

Accepted on January 20th, 2020

Published on April, 8th, 2020

**Contribuições no artigo:** Os autores foram os responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

**Author Contributions:** The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

**Conflitos de interesse:** Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

#### Orcid

Osmar Lottermann



<http://orcid.org/0000-0002-5451-5312>

Walter Frantz



<http://orcid.org/0000-0002-4528-7389>

#### Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Lottermann, O., & Frantz, W. (2020). Curso de Agricultor Familiar: possíveis aproximações com a Educação Popular e a Educação do Campo. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 5, e7368. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e7368>

ABNT

LOTTERMANN, O.; FRANTZ, W. Curso de Agricultor Familiar: possíveis aproximações com a Educação Popular e a Educação do Campo. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 5, e7368, 2020. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e7368>